

Tesouro melhora perfil da dívida pública

William Salasar
de São Paulo

O alongamento do prazo da dívida pública federal não chegará nem a ser tema da campanha eleitoral para a presidência, porque o governo atual legará a seu sucessor uma situação incomparavelmente melhor, disse o secretário do Tesouro, Fábio Barbosa, sexta-feira, no seminário "Novas Perspectivas para o Mercado de Títulos Públicos".

"Temos feito um esforço estrutural. Estamos deixando para o próximo governo uma estrutura de dívida mais adequada do que a que encontramos", salientou Barbosa. "A melhoria no perfil da dívida é tão substancial que isso não será tema de campanha política e não será afetada pela próxima administração, não importa qual seja sua coloração política", profetizou o funcionário, de-

pois de lembrar que o prazo médio da dívida pública dobrou, para 30 meses, desde o final de 99, quando o Tesouro e o Banco Central iniciaram o programa de 21 medidas visando melhorar a administração da dívida pública mobiliária federal, mediante a reativação e ampliação do mercado secundário de títulos públicos.

"Estamos estabelecendo uma relação institucional com os investidores, que não são agentes do mal, mas são quem carrega a dívida pública. São esses elementos que têm feito o possível para a melhoria do perfil da dívida pública", salientou.

O secretário do Tesouro admitiu que o período da campanha eleitoral tende a ser conturbado no mercado aberto. "Como em 98, teremos alguma volatilidade, mas não acredito que teremos maiores problemas", afirmou, lembrando que a volatili-

dade tende a ser menor porque diminuíram muito os reescalonamentos de dívida pública, com a diminuição da quantidade de vencimento e dos leilões de títulos públicos.

Reduzir a variedade de títulos e o número de vencimentos era uma das medidas centrais do projeto de 99.

Mantendo essa meta, o Tesouro vai continuar reduzindo a oferta de títulos públicos, para evitar a competição entre diferentes papéis, possivelmente já no segundo semestre. Inicialmente, segundo o secretário-adjunto do Tesouro, Rubens Sardenberg, o governo poderá leiloar somente papéis prefixados numa semana e pós-fixados na semana seguinte, para, num segundo momento, realizar leilões a cada duas semanas. No final de 99, o costume eram pelo menos dois leilões por semana. ■

(Mais informações na pág. B-3)

GAZETA MERCANTIL

22 JAN 2001